

CAMINHOS, MOTIVAÇÕES E DESAFIOS PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SEM AGROTÓXICOS: OLHARES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR¹

Denise Aparecida Pereira Siloto

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Macaé, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: denisesiloto.ufrj@gmail.com
ORCID: 0000-0002-5791-3420

Giuliana Franco Leal

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Macaé, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: giulianafrancoleal@yahoo.com.br
ORCID: 0000-0002-0233-339X

Vanessa Schottz

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Macaé, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: vanessaschottz32@gmail.com
ORCID: 0000-0001-9001-0074

Recebido em 22/12/2022. Aprovado em 20/04/2023.
DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v9i0.89238>

RESUMO

Considerando-se a agricultura como uma atividade humana essencial para uma sociedade sustentável, propõe-se neste artigo investigar os caminhos percorridos por agricultores/as familiares que se dedicam a produzir sem agrotóxicos. Trata-se de uma pesquisa que tem como objetivos identificar as motivações que levaram agricultores/as familiares a produzirem sem o uso de agrotóxicos, suas dificuldades e compreender como as formas de produzir desses agricultores se relacionam com o conceito de sustentabilidade. Para isso, foi feita uma observação participante em uma feira de agricultura familiar, onde foram realizadas entrevistas qualitativas semiestruturadas com quatro famílias

¹ O artigo contém resultados da dissertação de mestrado defendida em 2019 por Denise Aparecida Pereira Siloto de Araújo, sob orientação de Giuliana Franco Leal e Vanessa Schottz, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, “Feira & Sustentabilidade: O caso da I Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Macaé”.

de agricultores/as que produzem e comercializam em Macaé, município do Rio de Janeiro. Esses agricultores e agricultoras manifestaram preocupações ambientais em suas escolhas produtivas, porém demonstraram dificuldades para classificar e certificar seus produtos como orgânicos. Sua forma de produzir e comercializar mostrou-se sustentável quanto à restrição do uso de agrotóxicos, à diversidade da produção e no estabelecimento de uma relação direta com os consumidores.

Palavras-chave: orgânicos; sustentabilidade; desenvolvimento local; agricultura sustentável.

PATHWAYS, MOTIVATIONS, AND CHALLENGES FOR THE PRODUCTION OF FOOD WITHOUT PESTICIDES: PERSPECTIVES BASED ON FAMILY FARMING EXPERIENCES

ABSTRACT

Considering agriculture as an essential human activity for a sustainable society, this article proposes to investigate the paths taken by family farmers who dedicate themselves to producing without pesticides. This research aims to identify the motivations that led family farmers to produce without pesticides, their difficulties, and to understand how these farmers' ways of producing relate to the concept of sustainability. For this, participant observation was employed at a family farming fair. Semi-structured qualitative interviews were conducted with four families of farmers who produce and sell in Macaé, municipality of Rio de Janeiro. These male and female farmers expressed environmental concerns in their production choices but demonstrated difficulties in classifying and certifying their products as organic. Its way of producing and selling these products proved to be sustainable in terms of restricting the use of pesticides, producing diversity, and establishing a direct relationship with consumers.

Keywords: organic; sustainability; local development; sustainable agriculture.

INTRODUÇÃO

A agricultura é uma área da atividade humana fundamental para se pensar sustentabilidade. Desde seu surgimento, há cerca de 10 mil anos, a agricultura transformou a maneira como os humanos vivem e a sua relação com a comida e com o meio ambiente (MAZOYER; ROUDART, 2010). Desde então, a agricultura vem passando por numerosas transformações.

É a partir da perspectiva socioambiental que este artigo é construído. Deste olhar, o avanço das fronteiras agrícolas, da monocultura, e do uso em grande escala de agrotóxicos, fertilizantes e outros produtos químicos ao longo dos séculos XX e XXI provocaram a contaminação das águas e do solo, o desmatamento e a consequente perda de biodiversidade do planeta.

Em contrapartida, no interior do contexto de incremento intenso do uso de agrotóxicos, a partir dos anos 1970, eclodiram diversos movimentos sociais em defesa do ambiente e de uma agricultura sustentável. Corresponde a esse período o início das grandes conferências internacionais promovidas pelas Nações Unidas para debater os temas do meio ambiente e do desenvolvimento, e a criação do Clube de Roma, que tinha como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico, levando em conta uma base de recursos naturais cada vez mais percebida como finita e vulnerável (LIMA, 2003).

A tendência, quando falamos em sustentabilidade, é destacar os aspectos ecológicos ou naturais dos problemas ambientais, em detrimento dos seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Por exemplo, a natureza dos modelos de desenvolvimento econômico, os conflitos e interesses de classes, a indiferenciação das responsabilidades sociais dos agentes causadores dos problemas ambientais, a escassa problematização da relação entre economia e ecologia, entre outros (LIMA, 2009).

Ao contrário do que indica o senso comum, o ambiente é mais do que puros objetos materiais ameaçados de esgotamento, ele é atravessado por diversos interesses e também por outros elementos socioculturais (ZHOURI et al., 2005). As questões ambientais são, por natureza, multidimensionais e interdisciplinares, e extrapolam qualquer tentativa de resolução técnica e gerencial proposta por uma concepção limitada.

A agricultura é uma atividade humana importante na definição de vias para a sustentabilidade ou em seu impedimento. Em uma tentativa de superar as crises ambientais, sociais e econômicas desencadeadas pelo sistema agrícola convencional, baseado nos princípios da chamada Revolução Verde, novos estilos de agricultura vêm sendo desenvolvidos.

O desenvolvimento agrícola sustentável foi definido pela FAO como sendo “a gestão e a conservação da base de recursos naturais e a orientação das mudanças tecnológicas de forma a garantir a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras” (FAO, 1998, s/p apud FAO, 2014, p.12). A agricultura familiar faz parte desse rol de alternativas, por visar a reprodução, a melhoria e a ampliação do capital ecológico, buscar a justiça social e estar fortemente vinculada à noção de soberania alimentar (PETERSEN, 2009).

Dada a importância da agricultura para a sustentabilidade, em especial da agricultura não empresarial e voltada para a produção de alimentos sem agrotóxicos, optamos por pesquisar a realidade da agricultura familiar. Mais especificamente, neste artigo, nos baseamos em uma pesquisa empírica com agricultores/as familiares que vendem seus produtos em uma feira livre.

A pesquisa aqui apresentada é parte de um estudo mais amplo sobre a contribuição de padrões de produção, transformação, distribuição e venda de alimentos livres de agrotóxicos para a construção de relações de produção e comércio mais sustentáveis, por meio de um estudo de caso.

Nossos objetivos, neste texto produzido a partir de um estudo de caso são: identificar motivações que levam agricultores/as familiares a produzirem sem agrotóxicos ou com redução de agrotóxicos, bem como suas dificuldades e compreender como as formas de produzir desses/as agricultores/as se relacionam com o conceito de sustentabilidade.

SUSTENTABILIDADE E AGRICULTURA

A noção de sustentabilidade é um conceito que atualmente encontra-se em disputa. Ela é vista como um princípio inacabado, em evolução, dado que ainda existem muitas divergências quanto à definição do que é e do que deve ser a sustentabilidade, pois distintas representações e valores vêm sendo associados a ela. Essa disputa tem o objetivo de legitimar práticas e atores sociais que se pretendem portadores ou compatíveis com a verdadeira sustentabilidade (ACSELRAD, 1999). Ainda segundo Lima (2003, p.107), “[...] à medida que o debate da sustentabilidade vai se tornando mais complexo e é difundido socialmente, ele vai sendo apropriado por diferentes forças sociais que passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares.”

Uma das grandes matrizes interpretativas que polarizam o debate sobre sustentabilidade corresponde ao discurso oficial, que detém a hegemonia do campo e que compreende o desdobramento da proposta original do Relatório Brundtland. Trata-se de

um discurso que entende que a economia de mercado é capaz de liderar a transição para o “desenvolvimento sustentável” através da introdução de novas tecnologias no processo produtivo, contenção do crescimento populacional e consumo ecologicamente orientado. Segundo essa visão, a dinâmica do sistema capitalista é capaz não só de adaptar-se às demandas ambientais, como também de transformá-las em novos incentivos à competitividade (LIMA, 2003).

Após os anos 2000, percebe-se que a discussão sobre sustentabilidade passou a ganhar contornos relativos às mudanças climáticas. Mais uma vez, retomou-se a ideia de que a introdução de novas tecnologias poderia solucionar os atuais desafios sociais, ambientais e econômicos. Percebe-se também o movimento de apropriação do conceito de sustentabilidade pelo mundo corporativo, através da responsabilidade social corporativa e de índices de sustentabilidade. Assim, a preocupação que antes era com o consumo crescente de recursos naturais finitos, passa para uma questão de otimização do consumo destes recursos de forma individual (SUGAHARA; RODRIGUES, 2019).

A segunda matriz interpretativa, que será utilizada para nortear essa pesquisa, é um contradiscurso à versão oficial de discurso da sustentabilidade e compreende uma concepção complexa e multidimensional da sustentabilidade. Essa matriz busca integrar a vida social e a vida individual e tende a se identificar com princípios da democracia participativa, considerando a sociedade civil organizada como protagonista no processo de transição para a sustentabilidade social (LIMA, 2003).

Acseirad (1999) salienta que a noção de sustentabilidade deve contemplar diferentes esferas: a eficiência, combatendo o desperdício e estendendo a racionalidade econômica ao “espaço não mercantil planetário”; a escala, que defende um limite quantitativo ao crescimento econômico; a equidade, que articula princípios de justiça e ecologia; a autossuficiência, que determina a autonomia de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial para assegurar a autorregulação comunitária e, por fim, a ética, que discute a apropriação do mundo material em um debate sobre valores do bem e do mal.

A sustentabilidade, portanto, deve ser compreendida “[...] como o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais” (LEROY et al., 2002, p.17). Para Acseirad (2020), essa noção de sustentabilidade traz para o centro do debate a disputa acerca de modelos de desenvolvimento e suas dinâmicas de reprodução social que estão orientadas por lógicas e éticas distintas de relação com a natureza e seus recursos.

Os movimentos a favor dessa sustentabilidade, segundo Leff (2002), fazem parte de um movimento mais amplo e complexo em defesa da transformação do Estado e da ordem econômica dominante. Eles estão inseridos nas novas lutas pela democracia direta e participativa e pela autonomia dos povos, ofertando perspectivas para uma nova ordem econômica e mundial.

Lima (2003) ainda destaca o papel do Estado nessa matriz discursiva, uma vez que uma “sustentabilidade de mercado” não responderia à crise social, já que é reducionista e está orientada para a concentração de riquezas. Com relação a função do Estado, ele entende que essa matriz interpretativa divide-se em duas tendências principais: uma que desconfia da ação política estatal e defende a subordinação do Estado à Sociedade Civil; e outra que defende uma intervenção estatal, por considerar o Estado um agente indispensável no processo de transição para a sustentabilidade, já que a Sociedade Civil isolada não teria forças para se contrapor ao mercado, e que o ambiente, por ser patrimônio público, deve sofrer ação normativa e política do Estado.

Nascimento (2012) defende a ideia de que a sustentabilidade tem que ir além das três dimensões oficiais (ambiental, econômica e social) e contemplar as já citadas dimensões cultural e política, todas elas atravessadas pela ética, garantindo a solidariedade com os excluídos do presente para que não haja excluídos no futuro.

Com essa perspectiva, a sustentabilidade pode ser pensada e almejada em diversas atividades humanas, dentre as quais a agricultura se coloca em posição central.

Compreender as diferentes formas de praticar a agricultura é imprescindível para captar a complexidade das interações sociais e relações de trabalho, ligações com o meio ambiente, com a quantidade e a qualidade dos alimentos produzidos, além dos diferentes impactos produzidos no mundo por cada uma delas.

A interface entre agricultura e sustentabilidade tem o potencial de proporcionar uma descentralização de poder no campo, reduzir a dependência de insumos de fora da propriedade e do complexo do agronegócio, estimular a diversidade biológica em todos os níveis do sistema produtivo, fazer uso mais inteligente dos recursos hídricos e comprometer-se com a conservação de recursos naturais a longo prazo, além de valorizar a cooperação entre agricultores (PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEW, 2019).

Ploeg (2008) divide a agricultura atual em três grandes segmentos: agricultura camponesa, agricultura do tipo empresarial e agricultura capitalista ou corporativa de grande escala. Segundo a sua classificação, a agricultura camponesa seria aquela que se baseia no uso sustentado do capital ecológico e é orientada para defesa e melhora das condições de vida dos

camponeses. Como características desse tipo de agricultura, ele destaca a multifuncionalidade, a mão de obra fundamentalmente familiar, onde terras e outros meios de produção também pertencem à família, e cuja produção, apesar de ser orientada para o mercado, também é voltada para a reprodução da unidade agrícola e da família.

A agricultura do tipo empresarial pode ser descrita como baseada em capital financeiro e industrial (sob forma de crédito, insumos industriais e novas tecnologias). Uma de suas principais características é o aumento em escala, o que contribui para sua expansão. A produção é especializada e completamente voltada para o mercado, criando uma relação de dependência entre os agricultores e as exigências desses mesmos mercados. Essa forma de agricultura frequentemente se desenvolve após programas governamentais de 'modernização' da agricultura.

O último segmento, a agricultura capitalista, engloba uma extensa rede de empresas agrícolas, cuja mão de obra é essencialmente assalariada. A maximização do lucro orienta a produção. Apesar de existirem diferenças entre países e setores distintos, esse segmento condiciona cada vez mais segmentos essenciais de mercados agrícolas e alimentares.

A diferença entre essas três abordagens vai muito além da escala. Cada uma delas carrega consigo diferentes formas de estruturar sua produção, diferentes maneiras de se relacionar com esse processo de produção e também diferentes modelos de se relacionar com o mundo exterior.

Ainda na visão do autor, a agricultura familiar se configura em uma das expressões da agricultura camponesa, enquanto "parte de um fluxo que une passado, presente e futuro" (PLOEG, 2014, p. 8) e que mantém a conexão com o seu entorno (comunidades rurais) e com a preservação da cultura, não se limitando, portanto, a uma "empresa econômica centrada principal ou unicamente na produção de renda".

Cabe destacar que o debate acerca das categorias "campesinato" e "agricultura familiar" é atravessado por tensões políticas e acadêmicas (WANDERLEY, 2014). No contexto brasileiro, a emergência da agricultura familiar enquanto categoria social nos anos 90 esteve ligada à criação de políticas governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que buscava integrar o "pequeno agricultor" a um modelo industrial de agricultura capitalista. Dessa forma, a definição da agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo PRONAF (WANDERLEY, 2009).

Para Wanderley (2014), há pontos de ruptura e continuidade entre a agricultura familiar e camponesa que precisam ser considerados nesse debate. Ainda que a agricultura familiar se caracterize pela adaptação às condições modernas e capitalistas de viver e produzir,

este ator social, em sua maioria, não se configura em “um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo” (WANDERLEY, 2003, p. 58). De outro modo, a agricultura familiar constrói estratégias de resistência e adaptação às transformações sociais que tem como base suas raízes camponesas, especialmente no que se refere à centralidade da unidade de produção para a reprodução social da família e ao modo de viver.

A agricultura familiar é aquela que constrói o seu patrimônio e o seu desenvolvimento a partir do seu próprio trabalho e do seu conhecimento, valorizando o ambiente e a cultura locais. Petersen (2009) afirma tratar-se de um modo de produção que, além de contribuir para a produção de alimentos, da mesma forma também contribui para relações positivas com os ecossistemas, geração de empregos e renda para a economia regional, e garante flexibilidade frente às mudanças climáticas, econômicas e socioculturais. A formação do mundo rural brasileiro, fortemente impactada pela Revolução Verde a partir da década de 60, privilegiou as agriculturas capitalista e empresarial em detrimento da agricultura camponesa, e, para legitimar essa opção política, foram criados diversos mitos em relação ao campesinato, que passou a ser associado à precariedade e em contradição à ideologia do progresso (PETERSEN, 2009).

Ainda conforme Ploeg (2008), os diferentes segmentos da agricultura contemporânea interagem com diferentes trajetórias de desenvolvimento. Cada uma dessas trajetórias afeta de forma diferente o processo agrícola e tem influência no nível de emprego, na ecologia, na paisagem, na biodiversidade e na alimentação humana. São elas: a industrialização, a desativação e a recampesinização.

A industrialização representa uma separação definitiva entre a produção e o consumo de alimentos. Essa via é dominada pelos chamados “Impérios Alimentares”, as grandes corporações dedicadas à produção, processamento, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, que tem por características principais o expansionismo, o controle hierárquico e a criação de novas ordens materiais e simbólicas. Os alimentos passam a ser projetados, ao invés de simplesmente produzidos e processados.

A desativação pode ser descrita como a contenção ou redução progressiva dos níveis de produção agrícola e ocorre frequentemente nas proximidades de grandes cidades em expansão. O conceito é diferente do de descampesinização, que implica no abandono da agricultura pelos camponeses, mas estes dois fenômenos podem acontecer de maneira simultânea.

Por fim, a recampesinização pode ser vista como uma expressão moderna de luta, luta por autonomia e sobrevivência em contextos desfavoráveis. Assim como a agricultura industrial veio sendo alterada ao longo do tempo, o mesmo movimento é percebido dentro da agricultura camponesa. A chamada volta para o campo implica em aumentos quantitativos no número de camponeses e qualitativos na ampliação da independência e no distanciamento do mercado para a tomada de decisões sobre organização e produção.

Mesmo sendo mutuamente opostos, esses processos estão interligados. Quando essas novas estratégias produtivas camponesas, desde a reapropriação do controle coletivo da terra pelos próprios agricultores e povos das florestas até a reorganização das práticas de produção e comércio, começam a ser colocadas em prática, elas vão forjando uma nova consciência social e um conhecimento coletivo sobre o potencial que existe em um manejo ecológico dos recursos naturais e a energia social criada a partir destes processos (LEFF, 2002).

No Brasil, a ideia de uma agricultura alternativa à convencional tomou forma a partir dos anos 90, coincidindo com a realização da Conferência Rio 92. Até a década de 80, de forma simultânea ao crescimento das periferias nas cidades e à degradação ambiental, o campesinato vinha sendo marginalizado. A modernização do meio rural, proposta da Revolução Verde, englobava a presença de grandes empresas agrícolas no país, os latifúndios, o capital financeiro e a agroindústria internacional, e recebeu inúmeros incentivos por parte do Estado. Até então, o único espaço de reflexão das famílias camponesas para resistência contra o modelo prevalente de desenvolvimento rural eram os CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que buscavam a valorização das práticas culturais locais, o convívio e a cooperação para otimizar o uso de recursos e a busca de autonomia através do saber compartilhado (IPEA, 2017).

Dos anos 80 em diante, em conjunto com a abertura democrática, testemunhou-se a emergência de críticas à expropriação de comunidades camponesas (à época, pequenos agricultores) e o surgimento de movimentos de contestação à industrialização do meio rural e todos os seus impactos associados. Diversos estudos publicados no país por autores como Ana Maria Primavesi, Adilson Paschoal e José Lutzemberger contribuíram para diferentes correntes de pensamento, que deram origem às chamadas agriculturas alternativas. O termo alternativo ainda carregava consigo um teor pejorativo, sinônimo de atraso e baixa produtividade (IPEA, 2017).

Os grupos envolvidos nesses trabalhos passaram a se reunir nos EBAA's (Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa). A partir de 1981, entretanto, muitas divergências conceituais e políticas entre os diferentes atores encerraram o ciclo de encontros em

1989. Nesse mesmo período, o Brasil viu surgir o crescimento de ONGs (Organizações Não Governamentais) no campo agroecológico, com destaque para o trabalho do PTA-Fase, inaugurado em 1983 (IPEA, 2017).

Ao longo dos anos 90, um aprofundamento das experiências locais e o fortalecimento da agricultura familiar e dos movimentos sociais do campo, protagonizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contribuíram para a origem de redes de abrangência regional, como o ASA (Articulação Semiárido Brasileiro) e a Rede Ecológica de Certificação Participativa. O crescimento da demanda por alimentos livres de agrotóxicos influenciou no surgimento de feiras e outros pontos de comercialização para esses produtos. Esse crescimento foi acompanhado por iniciativas de normatização dos processos produtivos, objetivando a garantia da qualidade e procedência desses alimentos aos consumidores locais e ao mercado internacional (IPEA, 2017).

A chamada agricultura orgânica refere-se a práticas agrícolas que pressupõem a rejeição ao uso de procedimentos que são considerados prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. Essa produção orgânica (em sentido amplo, e não limitada apenas a produção certificada) compreende produtos agrícolas oriundos de sistemas de produção baseados em processos naturais, ou seja, não são utilizados agrotóxicos e sementes transgênicas por exemplo (ARAUJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015).

Após uma consulta pública, em 1999, foi publicada a Instrução Normativa nº7/1999, que estabelecia normas para a produção, processamento, distribuição, identificação e certificação de produtos orgânicos no país (IPEA, 2017).

O marco referencial para a agricultura orgânica no Brasil foi estabelecido pela Lei 10.831, de 2003. A Lei define o que seria um sistema orgânico de produção agropecuária em seu Art. 1º (caput), conforme reproduzido abaixo:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuário todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da energia não renovável, [...], a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2012, Art. 1º).

Apesar de a comercialização de produtos orgânicos ser precedida da exigência de uma certificação, a lei abre uma exceção para a comercialização direta ao consumidor final por agricultores familiares inseridos em processos próprios de Organização e Controle Social (OCS), desde que os produtores estejam devidamente cadastrados em instâncias de regulamentação e fiscalização.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Instrução Normativa nº19 (2009) determina três 'sistemas' de controle de autenticidade de produtos orgânicos: Certificação; Sistema Participativo de Garantia; e Controle Social para a Venda Direta sem Certificação. Apenas os dois primeiros fazem parte do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg). Cada um desses três sistemas é delineado abaixo:

- a. Certificação: O selo SisOrg é concedido por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura. Para a certificação são utilizados procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira. O custo desta certificação é pago pelo produtor interessado.
- b. Sistema participativo de Garantia: Presume responsabilidade coletiva dos membros do sistema, compreendendo fornecedores e colaboradores. É requisito possuir um Organismo Participativo de Conformidade (OPAC) e pessoa jurídica legalmente constituída que é responsável pela emissão do selo SisOrg.
- c. Controle Social da Venda Direta: Produtores oriundos da agricultura familiar são isentos da obrigatoriedade de certificação de produtos orgânicos. Para esse grupo é exigido o credenciamento em uma OCS cadastrada no MAPA ou em órgão fiscalizador oficial. Uma vez cadastrados, esses agricultores passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. No momento da venda direta de produtos orgânicos aos consumidores, os agricultores devem manter visível a Declaração de Produtor Vinculado a OCS (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA N 19, 2012).

O consumidor brasileiro vem despertando para a discussão e consumo do alimento orgânico (em seu sentido mais amplo) nas últimas décadas, mas também se depara com diversos termos, aparentemente sinônimos, que produzem dúvidas e insegurança. A legislação brasileira determina que o termo "agricultura orgânica" engloba todas as diferentes correntes de agricultura alternativa ou sustentável. De acordo com Azevedo (2009), levando em conta as diferenças que cada uma das correntes assume, a questão principal seria

informar ao consumidor que o alimento natural, biológico, biodinâmico, agroecológico ou proveniente da permacultura é também orgânico, mas o contrário não é verdadeiro.

Com início nos anos 2000, as condições dos agricultores e agricultoras familiares, precária em muitas regiões, tiveram melhorias através de políticas públicas. Foi o caso da ampliação aos benefícios da previdência social para trabalhadores e trabalhadoras rurais e do então Programa Bolsa Família (PBF). Algumas das políticas que avançaram neste período e merecem destaque foram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que sofreu alterações, determinando que no mínimo 30% dos recursos federais para a compra de alimentos para o programa fossem destinados à aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar ou de suas organizações (IPEA, 2017). Por outro lado, é preciso pontuar que ao longo dos últimos seis anos vem ocorrendo um acentuado e progressivo processo de enfraquecimento das ações e programas destinados à agricultura familiar, que sofreram cortes orçamentários drásticos, como é o caso do PAA, que em 2021 contou com apenas 10% dos recursos que foram aplicados pelo programa em 2012 (FIAN BRASIL, 2021).

Salienta-se também que, desde o final dos anos 90, a economia política privilegiou o apoio do Estado à expansão das monoculturas, projetos de mineração e grandes obras que tiveram forte impacto para as comunidades camponesas. A partir de 2003, foram liberadas as sementes transgênicas, ação que contribuiu para um aumento exponencial do uso de agrotóxicos no Brasil.

A despeito dos desafios e rivalidades enfrentados, o fortalecimento das formas de agricultura sustentáveis, associados a uma maior consciência de parte da população urbana sobre os riscos do uso de agrotóxicos e a importância de uma alimentação saudável, resultaram em um crescimento da oferta de alimentos livres de agrotóxicos em diversos mercados de venda direta, como as feiras.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma investigação qualitativa, realizada a partir de pesquisa empírica do tipo estudo de caso, junto a agricultores/as familiares que vendiam seus produtos em uma feira na cidade de Macaé (RJ), identificando os seus produtos como orgânicos (no sentido amplo, como descrito na revisão bibliográfica), naturais ou livres de agrotóxicos.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

Os/as feirantes-agricultores/as entrevistados/as e observados/as em sua atuação participam de uma feira livre no município de Macaé, localizado na Mesorregião Norte Fluminense, a 184 km de distância da capital do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Atualmente, o município possui 206.728 habitantes, dos quais 201.859 (98,1%) vivem em área urbana (IBGE,2010). Este fenômeno de alta concentração populacional no seu centro urbano é consequência de um processo de urbanização brasileiro ocorrido no contexto das transformações das primeiras décadas do século XX e foi intensificado com a instalação da Petrobrás em seu território na década de 1970. Macaé tornou-se um polo de atração para a população nacional e estrangeira que chega em busca de trabalho e oportunidades.

A feira que é objeto do estudo de caso, do qual este artigo é um dos produtos bibliográficos, acontece uma manhã por semana na praça de um bairro de classe média/média alta, que possui uma localização privilegiada na cidade e que optamos por não identificar de forma a preservar a identidade dos/as informantes. A Feira tem cerca de doze bancas nas quais são comercializados alimentos in natura e/ou preparações caseiras, como doces e bolos.

3.2. AMOSTRAGEM

O universo empírico de análise para a observação participante são os/as feirantes-agricultores/as que se auto identificaram como livres de agrotóxicos e os seus consumidores. Os critérios de inclusão para as entrevistas com feirantes foram: ser feirante na feira da agricultura familiar e economia solidária, identificar-se como livre de agrotóxicos e concordar em participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. De um total de 12 feirantes, foram identificados quatro feirantes-agricultores/as (33%), entre eles duas mulheres, que cumpriam com esses requisitos.

3.3 COLETA DE DADOS

Foram utilizados dois métodos: I) Observação etnográfica: este recurso metodológico foi utilizado para realizar uma descrição densa, criteriosa e detalhada da feira. Durante dez meses foram realizadas incursões à feira para vivenciar as representações e relações que lá ocorriam,

registrando os dados coletados em um diário de campo. O diário de campo foi revisado regularmente para elaboração de um documento sinóptico que foi consultado na fase de análise. As incursões à feira tiveram início em fevereiro de 2018 e se estenderam até novembro do mesmo ano; e II) Entrevistas qualitativas: foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os feirantes-agricultores selecionados para explorar em profundidade as suas perspectivas.

As entrevistas foram realizadas durante o período da pesquisa de campo (setembro a novembro de 2018). Entrevistas semiestruturadas baseiam-se em grandes temas, mas perguntas específicas são formuladas no momento da entrevista, a fim de facilitar a interação entre pesquisador e pesquisado e a formulação das questões mais adequadas ao contexto. As entrevistas com as/os feirantes-agricultores foram focadas especialmente nos seguintes temas: concepção de ambiente, produção orgânica, agricultura familiar, comércio de alimentos, políticas públicas e incentivos para a feira, segurança alimentar e nutricional, relação entre os vários agentes que participam da feira (produtores, feirantes e consumidores).

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Becker (1992), em seu livro 'Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais', expõe os desafios relacionados a uma pesquisa qualitativa e descreve as dificuldades de se realizar um trabalho de campo ampliado e entrevistas longas e não estruturadas, que muitas vezes exigem algumas 'improvisações' do pesquisador para superar os obstáculos encontrados. O autor defende a ideia de que, na aplicação dos métodos, os princípios gerais devem ser adaptados às situações específicas que se apresentam ao pesquisador. Em sua análise, ele considera que cada pesquisador pode produzir os métodos necessários para o trabalho que está sendo feito, retratando um modelo artesanal de se produzir ciência.

Diante de um cenário complexo, essa pesquisa se apoiou fortemente nas ferramentas fornecidas pela observação etnográfica e nas entrevistas realizadas com feirantes-agricultores, e em outros métodos de análise especificados adiante, para classificar e interpretar os resultados obtidos.

Após a fase de aproximação inicial com a feira e seus sujeitos, a observação começou seguindo as vias propostas por Malinowski (1997), por meio da recolha de dados concretos sobre a feira, registrada em um esquema firme e claro da constituição social e organização do grupo analisado, como listas de produtos comercializados e seus preços, relações de parentesco e amizade entre os feirantes, identificação de clientes frequentes etc.

Como proposto por Malinowski (1997) em relação às narrativas e depoimentos coletados, houve uma busca pelos modos típicos de pensar e sentir correspondentes à cultura do grupo pesquisado, e os resultados foram formulados de uma forma fiel ao que foi dito e captado. Na elaboração e exibição dos resultados, procurou-se utilizar, sempre que possível, as próprias palavras dos informantes e os seus termos 'nativos' de classificação.

A rotina mensal de elaboração dos relatórios sinópticos foi importante, porque permitiu a comparação de dados e esforços no sentido de articular o que foi observado com os pressupostos teóricos e com as ideias preconcebidas. Esse exercício ofereceu oportunidades de melhorias, preenchimento de lacunas e mudanças de rumos. Um exemplo dessa experiência foi a ideia inicial de que os feirantes-agricultores pesquisados faziam parte de algum movimento agroecológico, algo que se mostrou equivocado no decorrer da investigação.

Numa fase posterior, a pesquisa centrou-se nas entrevistas com os feirantes-agricultores, gravadas em áudio e transcritas em documentos para posterior interpretação. As respostas aos objetivos da pesquisa emergiram à medida em que a pesquisa avançava e o material coletado era analisado. Durante a fase de pré-análise, foi realizada uma leitura geral do material coletado. Concluída essa etapa, iniciou-se a exploração dos materiais realizando os recortes, a classificação e a posterior combinação das informações em categorias temáticas. Na sequência, buscou-se interpretar os resultados disponíveis.

Desde o início da coleta de dados no trabalho de campo, sob a forma de observação e sob a forma de entrevistas, até a sua conclusão, foram realizadas leituras pertinentes aos objetivos da pesquisa e aos dados empíricos que afloraram dos resultados no decorrer do tempo. Este esforço foi necessário para realizar uma triangulação de dados e uma triangulação metodológica, jornada primordial que permitiu visualizar um quadro mais amplo da realidade investigada. A triangulação metodológica consiste na combinação de diferentes metodologias para analisar o mesmo fenômeno, já a triangulação de dados consiste em usar diferentes fontes de dados (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015).

Geertz (1978) fala em descrições densas, em enfrentar uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, irregulares e implícitas que devem ser primeiro apreendidas e depois apresentadas. É importante ressaltar aqui que, ainda que apenas quatro feirantes-agricultores fizessem parte do escopo das entrevistas, a feira sempre foi observada como um todo e a presença, participação e interação com os outros oito feirantes e com os consumidores e outras bancas foram de extrema relevância para se atingir os objetivos pretendidos.

Os resultados da pesquisa foram apresentados previamente aos feirantes-agricultores/as para que eles tivessem conhecimento do que havia sido assimilado e narrado pela pesquisadora. Essa foi uma etapa importante para mitigar os riscos de mal-entendidos, constrangimentos e desconfortos pelo lado dos informantes. Também se optou pelo sigilo em relação ao nome para proteger as suas identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do contato com a feira, foram identificados quatro feirantes-agricultores que se auto identificam como orgânicos, naturais ou livres de agrotóxicos. Em comum, a presença na feira, a história familiar campesina no sentido atribuído por Ploeg (2008), os desafios de plantar e colher sem uso de agrotóxicos, o dia a dia no campo e as conexões com a cidade.

O quadro 1 apresenta as principais características, que diferenciam e aproximam esses sujeitos. Os feirantes-agricultores serão identificados a partir das suas iniciais, de forma a preservar sua identidade:

Quadro 1: Feirantes-agricultores

	Feirante M.	Feirante L.	Feirante A.	Feirante N.
Gênero/Idade	Homem < 30 anos	Mulher > 40 anos	Mulher > 40 anos	Homem > 40 anos
Principais produtos comercializados	FLV Temperos e geleias	FLV Derivados do leite	FLV Ovos Temperos	FLV
É agricultor familiar?	Sim	Não	Sim	Sim
É assentado?	Não	Não	Sim	Sim
Participa de quantas feiras por semana?	Duas	Duas	Três	Uma
Está/Esteve em processo de certificação?	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

É fundamental salientar que, neste contexto, os termos orgânico e natural fazem referência a uma categoria “nativa”, ou seja, são os agricultores/feirantes que atribuem valor e significado para essas palavras. Não foi incluída na tabela a autoidentificação de cada agricultor(a) por ela não ser estática, mas fluida. A resposta deles sobre essa questão dependia de quem perguntasse, variando assim entre clientes conhecidos, pessoas desconhecidas, pesquisadora, etc. Para a pesquisa e para as embalagens, todos eles evitavam o termo “orgânico”, mas o mesmo era usado livremente em contato com os seus clientes.

Dos quatro feirantes-agricultores que foram convidados a participar dessa pesquisa, três fazem (ou fizeram) parte de um grupo que vem buscando a certificação da sua produção através do “Controle Social de Venda Direta”, todos sob orientação de um técnico da prefeitura. Essa forma de certificação surge como uma alternativa ao processo de certificação por auditoria externa de terceira parte, estabelecido como padrão internacional de credenciamento, muitas vezes inacessível na escala individual para os produtores de menor escala e renda (MEDAETS; MEDEIROS, 2004). O quarto agricultor se identifica como “natural”, sem “veneno”, e evita a palavra “orgânico” por não ter a certificação. Os entraves à certificação por auditoria externa são a burocratização e os valores monetários envolvidos no processo. Em relação ao Controle Social de Venda Direta, a principal dificuldade é o tempo que cada agricultor(a) precisa dedicar a essa atividade.

Durante essa abordagem inicial aos feirantes-agricultores, alguns temas apareceram de forma mais frequente, e foram agrupados dentro de unidades temáticas. Entre essas categorias, que emergiram conforme o avanço da pesquisa, destaca-se a questão dos desafios e oportunidades relacionados à prática de uma agricultura familiar sem o uso de agrotóxicos.

À luz dos objetivos deste trabalho, buscou-se investigar junto aos agricultores sua relação com o meio ambiente nas suas dinâmicas de plantio, cuidados e colheita. Durante a pesquisa etnográfica e entrevistas com os feirantes-agricultores, um dos temas centrais diz respeito a como cada um deles classifica a sua forma de produzir.

Uma das feirantes-agricultoras, que trabalha na feira junto com o seu esposo e cujo sítio encontra-se na região serrana de Macaé, afirma que considera estar em uma transição, porque segundo sua fala, acredita que a terra ainda tenha resíduos do uso de químicos no passado:

Então já vai fazer cinco anos que eu tô lá, então a gente considera isso uma transição ainda, porque por muito mais que cinco anos (...) ainda tem resíduos ainda, não vou dizer que não, mas deve ter algum resíduo lá perdido. Eu digo transição, porque até você chegar no orgânico, orgânico,

orgânico mesmo né? É complicado..., mas a gente não usa né? (Entrevista com a feirante L, 2018).

Durante o ano de 2017, ela participou do grupo coordenado pelo técnico da prefeitura para conseguir a certificação de produção orgânica para o seu sítio, porém o processo ainda está pendente por ela não ter a DAP (declaração de aptidão ao PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que passou a ser Cadastro da Agricultura Familiar (CAF). A pendência está relacionada ao tamanho da sua propriedade, que ultrapassa em dois alqueires o requisito estabelecido pela lei 11.326/2006, responsável por regular a agricultura familiar e que determina: “Não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais (definidos por cada município)”.

Por não ter nenhum tipo de certificação de produção orgânica, ela foi persuadida pela organização da feira a retirar uma placa de “Orgânicos” que usava em sua banca. A orientação que recebeu foi de usar uma placa onde se lê “Sem Agrotóxicos”, mas ela não se identifica com esses dizeres. Segundo L.:

Ela (faz referência à coordenadora da feira) disse que tem que colocar sem agrotóxico, eu acho um nome muito feio, não gosto, sei lá, eu mandei fazer os cartões hoje, por exemplo, mandei colocar alimentos saudáveis, então não botei nem uma coisa nem outra. Se é saudável não tem agrotóxico, porque se tem agrotóxico a gente sabe que não é saudável (Entrevista com L, 2018).

Quando indagados pela pesquisadora, o feirante-agricultor M. classifica sua produção como natural, sem “veneno”, e disse que não podem usar a palavra orgânico por não ter o certificado. Nos últimos meses da pesquisa, começaram a comercializar temperos e geleias caseiras na feira. A embalagem dos produtos conta com um rótulo produzido por eles, que indica que aqueles são produtos “100% naturais”.

O feirante-agricultor N., apesar de não usar nenhuma identificação visual relacionada à produção livre de agrotóxicos, sempre contou com muito prestígio junto aos frequentadores da feira e era uma das principais referências dos consumidores quando questionados sobre feirantes que comercializam alimentos orgânicos. Entretanto, ele teve que deixar a feira no início de 2018 por falta de produto: a sua horta, primordialmente dedicada ao cultivo de verduras, não resistiu ao calor excessivo e chuvas fortes típicas do verão e ele se viu sem a quantidade suficiente de produtos para permanecer nas duas feiras onde comercializava até então. Ao ter que fazer uma escolha, optou por permanecer apenas na feira de sábado, por ser mais tradicional na cidade.

Ele é o feirante-agricultor que está mais próximo de conseguir a certificação da sua produção como orgânica. Todo o processo já leva mais de dois anos e ele ainda não tem muita clareza a respeito de um prazo para concluir esta demanda. Apesar disso, acredita que valerá a pena, pelo ganho de confiança por parte dos clientes e também por possibilitar a ampliação das vendas.

A feirante-agricultora A., no momento da pesquisa, participava de três feiras, sendo duas em bairros de classe média e uma no centro da cidade. Sua identificação ocorreu através da indicação dos próprios consumidores, que a reconhecem como vendedora de orgânicos. Devido a problemas de saúde que prejudicam a sua mobilidade, boa parte dos alimentos vendidos na sua banca passaram a ser provenientes de terceiros. Ao ser questionada sobre qual o melhor termo para definir os alimentos comercializados por ela, ela evita rótulos:

Deixa eu ver como que eu vou me colocar aqui... Eu acho que eu sou de tudo um pouco. O que acontece, falou que é meio ambiente, falou que é natureza, eu procuro preservar, cuidar... Lá no sítio, por exemplo, a gente tem muito cuidado com negócio de sacola, de garrafa, agora lá venta muito né? Venta e a gente não pode botar fogo também, que se botar fogo, uma fagulha que cai... vixi...come tudo, agora é época de seca né? Então a gente procura, eu procuro, tipo assim, eu gosto dos animais, eu gosto da natureza, eu gosto do verde, eu gosto de planta, eu gosto de tudo... é a parte que eu gosto (Entrevista com A., 2018).

O orgânico pra mim é nada que leva veneno, nenhum tipo de agrotóxico, a coisa feita assim, produtos sendo cultivado naturalmente, entendeu? Quer ver, a gente gosta muito de colocar composto, nossas mudas de laranja, todas elas levam composto. Nosso composto é feito com folhas secas, fezes de galinha, matos secos, restos de legumes, a gente mistura tudo aquilo com a terra, põe no fundo, aí vem a mudinha, que com o tempo ele vai misturando com a raiz, absorvendo. Porque o adubo de vaca tem veneno né? É remédio que eles põe pra matar bicho, carrapaticida, antibiótico... (Entrevista com A, 2018).

Ainda que as produções desses agricultores não estejam certificadas, elas podem ser entendidas como orgânicas no sentido assinalado por Araujo, Lima e Macambira (2015): são baseadas em processos naturais, sem uso de agrotóxicos.

Um outro tema de bastante relevância para a compreensão da dinâmica rural dos feirantes-agricultores e sua relação com o meio ambiente, diz respeito às suas motivações para buscar um modo alternativo de agricultura, sem fazer uso de agrotóxicos. Dois agricultores mencionaram a presença de nascentes em sua propriedade rural e a importância de proteger essa fonte de água, preservando a vegetação nativa e evitando o pisoteio por parte das criações de animais. Nas próprias palavras dos feirantes-agricultores:

É uma das coisas que me dá mais força para continuar lutando nessa linha aí, é porque eu acho que futuramente, daqui alguns anos, quem tiver água vai ter tudo... Porque a hora que não tiver, as pessoas não estão dando a devida importância, mas a hora que não tiver, vai ver que é muito complicado viver sem água, gente, pelo amor de Deus, eu acho que você pode ficar sem tudo, mas sem água? E uma das coisas é isso, a água lá é muito boa, então eu fico pensando, ai meu Deus, como que eu vou embora pra cidade viver sem isso aqui, porque eu amo aquela água (Entrevista com L., 2018).

Lá tem uma pedra muito grande e ela se destaca, quando você chega, você vê ela... e o nosso sítio é na base dela. A gente lá tem essa preocupação, porque faz divisa, é mata, sítio, então faz divisa. Antes desmatava muito para plantar mais, agora meu pai já não tá fazendo mais isso, por causa da água. Há dez anos atrás a água não secava, hoje a água seca. Tem duas [águas] que passa no sítio, uma não seca, já a outra seca, aí meu pai passou a ver mais com cuidado as beiras da mata por causa justamente de secar água, e é a que a gente mais usa, porque passa perto da criação, das galinhas, dos porcos (Entrevista com M., 2018).

Ao analisar os processos socioeconômicos presentes no meio rural, constata-se a forte relação entre a sustentabilidade e a agricultura familiar. A resiliência, a diversificação e a flexibilidade, características fundamentais de uma agricultura sustentável, são identificadas nas famílias agricultoras e em seus sistemas de produção, que buscam adequar suas atividades ao passo que preservem os recursos naturais e produzam alimentos saudáveis (PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEW, 2019).

Ainda em relação às preocupações ambientais, a questão do lixo é uma das mais aludidas pelos pesquisados e todos eles demonstram algum tipo de desconforto com as embalagens plásticas, que são uma unanimidade na feira. Sobre essa questão, ver trechos da fala dos feirantes:

Eu costumo dizer que, ainda mais quando se trata de alimento, eu acho que você come com os olhos, com a boca e com o nariz. Não come só com a boca, eu acho que você olha pro alimento e você já tem uma noção né, te dá um apetite pra você comer né? Agora, algumas coisas, eu já penso assim muito na embalagem, porque eu cheguei a começar, no início, trazer aquelas coisas embaladinhas, em bandejinha de isopor, que você vê, muito bonitinho, só que eu acho que ali já são não sei quantas bandejas pra ir pro meio ambiente (Entrevista com o feirante L., 2018).

Eu vou embalar, eu já fico pensando, entendeu? Às vezes eu prefiro trazer um doce num vidro que é reutilizável, mas eu esterilizo, passo água fervendo, enxugo muito bem, passo guardanapo, entendeu? Porque, pra evitar de ir pra natureza, porque tudo isso vai pra natureza (Entrevista com L., 2018).

Eu procuro falar com o pessoal pra ver se eles trazem a sacola pra gente usar menos sacola. Infelizmente eu tenho que ter a sacola. Se eu pudesse eu faria sacolas de tecido, pra ser reutilizada, mas infelizmente eu ainda não tive como, não dá pra mim. Eu teria que comprar tecido né? TNT e dar pro pessoal pra levar e retornar (Entrevista com A., 2018).

Um outro tema preeminente dentro desta categoria diz respeito às dificuldades e desafios na lida com a terra e com as intempéries climáticas. Os dois agricultores oriundos de um assentamento localizado em um município vizinho relataram problemas nesse sentido. A questão do clima tem um forte impacto na produção de alimentos e é considerado um dos grandes desafios quando os agricultores decidem trilhar o caminho de uma agricultura livre de agrotóxicos. M., um dos feirantes que comercializa bananas na feira, relatou as dificuldades para esse tipo de cultivo no inverno:

Chega aqui falta, o pessoal fica querendo, tem madura? Igual a d'água hoje, a d'água eu não consegui, eu só consegui verde. [...] o frio chega, a banana sente, faz muita diferença, que ela começa fininha, muito fina mesmo, ela vai engrossando, se não tiver calor, ela 'xoxa', fica fininha, o tempo todo, aí madura fininha, você vai ver é só casca, não dá pra comer... estraga mesmo, você tem que cortar o pé e jogar no chão (Entrevista com M., 2018).

Além dos impactos de uma sazonalidade natural, a questão das mudanças climáticas tornou-se ainda mais crucial para os agricultores. Ploeg (2014) discute a posição da agricultura moderna no centro da crise ecológica global, exercendo o duplo papel de vítima e algoz. Se, por um lado, as monoculturas e os mercados alimentares industrializados figuram como as principais atividades econômicas geradoras das mudanças climáticas, por outro lado, acabam sendo as atividades mais vulneráveis aos efeitos desses fenômenos (PLOEG, 2014).

No caso da banana, a prática de aplicar o composto químico carbeto de cálcio, popularmente conhecido como carbureto, para amadurecer a fruta 'à força' ainda é muito difundida. Muitos clientes da feira desconfiam da prática e questionam os agricultores sobre o seu uso. A fala do feirante-agricultor M., transcrita abaixo, ilustra o processo de recampesinização descrito por Ploeg (2008): o processo de industrialização introduziu fortes pressões descendentes sobre os sistemas locais de produção de alimentos (inclusive de preço), o que contribuiu para padrões de dependência, que impulsionaram um retorno à condição camponesa, através de uma 'reconversão' de agricultores empresariais em camponeses, com mais autonomia e que se distanciam cada vez mais das imposições do mercado.

A gente tenta, porque sempre tem as pessoas que falam: ah não, isso aí madura com carbureto... Deus me livre de carbureto, esse troço é perigoso demais, meu pai fazia isso, há vinte anos atrás ele usava... hoje em dia, em hipótese nenhuma, até porque a quantidade né? Lá no sítio mesmo onde que a gente tá hoje, já tá com a família há trinta e poucos anos, antigamente não vendia em feira, há trinta anos atrás não vendia em feira, era caminhão fechado só pra fábrica de doce de Rio Bonito, aí era muita coisa, muita coisa... hoje já diminuiu muito a quantidade, muito, meu avô não tem mais o sítio, está com oitenta e poucos anos, não quer ir mais, está cansado, então diminuiu muito, muito a produção (Entrevista com Feirante M., 2018).

As feiras, para os feirantes-agricultores pesquisados, são a única (ou pelo menos a principal) forma de vender o que produzem e, portanto, sua fonte de renda. Um dos principais pilares de sustentação de unidades produtivas de pequena escala é o trabalho familiar, a produção diversificada, a proximidade com o consumidor final através das vendas diretas e a qualidade alimentar tanto de produtores quanto de consumidores (DAROLT; LAMINE; BRADEMBURG, 2013). Todos esses aspectos estão alinhados ao conceito de sustentabilidade.

A insegurança alimentar e nutricional não está presente apenas em situações de fome, mas também quando se produz e consome alimentos com o uso de agrotóxicos e de baixo valor nutricional (BRASIL, 2014). Nesse sentido, o consumo próprio é de extrema relevância para a saúde dos agricultores, evidenciado na fala dos entrevistados:

Tudo o que a gente produz lá, a gente consome. Até coisa que a gente não traz pra cá, a gente consome. Tem uma parte da horta que a gente não traz, igual alface, a gente planta mais pra gente lá, porque é muito frágil, não cresce nosso alface, não fica aquele alface bonito porque a gente não usa o adubo né, é sempre esterco de galinha ou de boi, aí não fica aquele grandão e fica muito fragilzinho e a gente come lá, mas tem mais coisa... Aí tem coisa também que eu tô trazendo agora que era as acerola, a gente fazia muito suco de acerola, aí eu comecei a trazer, deu certo e sempre quando tem eu tô trazendo. A jabuticaba, porque perdia, madurava e o chão ficava vermelho, aí a gente tirava um pouquinho pra fazer suco, mas sempre muito pouco. Agora a gente tá trazendo (Entrevista com M., 2018).

[...] praticamente a gente só compra o mais básico, arroz, feijão que não tem ainda mas que eu tô querendo plantar também, nem que seja pra consumo, e fubá que a gente também não tem, tem milho mas ainda não tem como, tô correndo atrás de alguém para poder moer. Nem farinha de trigo, nem de mandioca, essas coisas assim que a gente compra, o resto é tudo de lá mesmo (Entrevista com L., 2018).

Uma outra questão que merece destaque está relacionada ao respeito pela cultura alimentar local e pela diversidade de alimentos oferecidos. É importante considerar que a

alimentação depende das formas pela qual uma sociedade se organiza, estrutura, produz e distribui os alimentos, e que em tempos de monotonia alimentar, dominada por trigo, arroz e milho, o cultivo de plantas alimentícias não convencionais e o saber-fazer transmitidos de geração para geração são de extrema importância para a Segurança Alimentar e Nutricional. Abaixo, alguns trechos das entrevistas com os feirantes demonstram a sua preocupação em relação ao tema:

Farinha, açúcar mascavo, não é um bicho de sete cabeças, mas nós perdemos, a cultura foi perdida, porque hoje é só mercado. Um fubá, essas coisas assim, antigamente as pessoas faziam, minha vó fazia, a bisã dele fazia... essas coisas tudo se perdeu, ela não faz mais. Hoje em dia até um fogão a lenha é difícil você achar (Entrevista com M., 2018).

Eu gosto de plantar essas coisas (plantas alimentícias não convencionais), são mais difíceis, tem coisa que já tá em extinção, que quase ninguém conhece (Entrevista com L., 2018).

Apesar dos desafios e dificuldades enfrentados diariamente, da constante luta em busca de autonomia em um contexto de marginalização, e de muitas vezes a agricultura familiar estar associado à um obstáculo para o progresso, como uma figura social a ser removida gradativamente por ser uma expressão da agricultura camponesa (PLOEG, 2008), ao serem questionados sobre os seus planos para o futuro, todos os feirantes-agricultores entrevistados indicaram o desejo de permanecer no campo, na agricultura e na feira.

[...] aí foi que eu comecei a querer morar no sítio, não foi querer trabalhar com o sítio, eu quero viver no sítio, não é lá o sítio igual a gente vive hoje, a gente mora em Córrego d'Ouro e o sítio tá lá, é meia hora a pé, vinte minutos de bicicleta, dez de carro, mas eu quero morar lá, eu quero levar luz pra lá porque lá, lá tem cachoeira, tem terra, tem água, então você planta, você colhe... (Entrevista com M., 2018).

Nos vídeos que eu via, o que eu achava muito bacana era isso, de a pessoa viver no sítio e viver do sítio, claro que vai comprar coisas fora, mas no mais, você tentar tirar sua sobrevivência dali, daquele pedaço de terra. É isso que eu quero, quero ainda, isso aí eu não desisto não, não abro mão não, igual viver no sítio pra ele (faz referência ao filho) pra criança cara, viver tranquilo (Entrevista com M., 2018).

Ah, eu amo o que eu faço. Agora, agora mesmo, que depois que eu fiz, que tô participando do orgânico, que você passa a ter mais interesse ainda, e agora com esse negócio de vida saudável, te dá uma nova visão, uma coisa diferente (Entrevista com A., 2018).

Olha só, não tem coisa que me deixa mais feliz do que na hora que a gente tá plantando, que a gente tá vendo ali... quando o vento bate, que tá tudo verdinho. É muito gostoso, a paisagem lá no sítio é a coisa mais linda (Entrevista com A., 2018).

Minha visão de futuro é ser uma grande agricultora, estar plantando tudo nós mesmos, cultivando, recolhendo e levando direto pro consumidor final uma coisa de qualidade, sem ter aquela interrogação: será que é? (Entrevista com A., 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um estudo de caso, esta pesquisa trouxe algumas conclusões restritas a uma amostragem pequena de agricultores, de modo que não permite generalizações. Mesmo assim, o estudo alcança uma perspectiva mais ampla ao sugerir formulação de hipóteses que possam se aplicar a outros casos semelhantes, que merecem mais estudos.

A primeira conclusão que se aplica a este estudo de caso e pode ser uma hipótese para estudos semelhantes ou mais abrangentes, é referente às motivações dos agricultores: quando se dedicam a produzir sem agrotóxico, na contramão do modelo predominante, eles têm como estímulo a preservação ou conservação do meio ambiente.

Porém, existe uma dificuldade nesse tipo de produção, que foi confirmada nesta pesquisa: é um caminho lento e custoso obter a certificação e, sem ela, não há autorização para o uso legal do termo “orgânicos”, o que dificulta (embora não impeça) a identificação de sua forma de produzir frente ao mercado consumidor. Isso indica o imperativo de se acelerar formas mais acessíveis de identificação da produção sem uso de agrotóxicos, para que outros agricultores familiares possam se manter nesse caminho.

Uma segunda conclusão diz respeito ao fato de nenhum dos feirantes-agricultores entrevistados estar envolvido com movimentos sociais. A agricultura familiar é essencial no enfrentamento aos desafios para a promoção da sustentabilidade em um sistema alimentar, e sua contribuição para a geração de renda, produção de alimentos e desenvolvimento de modo geral é indispensável. A luta por autonomia é determinante para esses agricultores e a feira tem um papel importante por oferecer um espaço de comércio (e renda) e restabelecimento de vínculos.

Apesar dos quatro feirantes-agricultores estarem em uma feira promovida por uma cooperativa, e dois deles serem assentados da reforma agrária, eles não demonstraram

nenhum interesse ou envolvimento com coletivos políticos. Uma hipótese aqui, a ser considerada em estudos semelhantes, seria se o fato de estarem inseridos em processos mais coletivos de organização, a partir do movimento agroecológico, poderia fortalecê-los. Reflexões como essa são necessárias pois afinal, a forma de produção e comercialização dos feirantes-agricultores pesquisados aproxima-se da sustentabilidade em vários elementos: além da redução do uso de agrotóxicos, são relevantes as contribuições em áreas como a oferta de alimentos in natura frescos e diversificados, a autonomia financeira através da geração de emprego e renda, a aproximação de agricultores e consumidores finais em circuitos curtos de comércio, a segurança alimentar e nutricional, e o interesse na permanência no campo, fundamental para evitar crises de abastecimento em um município que conta com uma reduzida parcela da sua população na zona rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. A sustentabilidade e os descaminhos de um debate. *In*: RODRIGUES, J. N.; MONTEIRO, L.C. (org.). **Crise e reinvenção dos espaços da política**, 2020, p. 248-257.

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Presidente Prudente, n. 1, p. 79, 31 maio 1999.

ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A.; MACAMBIRA, J. **Feiras Agroecológicas**: Institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar. 1ed. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do trabalho (IDT), 2015. v.1000. 280p.

AZEVEDO, E. **Alimentos Orgânicos**: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social. São Paulo: Senac, 2009.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1992

BRASIL. Instrução Normativa Nº 19, de 2009. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Brasília, Diário oficial, 2009.

BRASIL, Lei 10.831, de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Cidades, 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420420>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BURITY, V. T. A.; ROCHA, N. C. (Org.). **Informe Dhana 2021**: Pandemia, Desigualdade e Fome. Brasília, DF: FIAN Brasil, 2021.

DAROLT, M. R.; LAMINE C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 8-13, jun. 2013.

FAO.FAO. 1988. Rome: Report of the FAO Council, 94th Session, 1988, *apud* FAO (2014). **Building a Common Vision for Sustainable Food and Agriculture** [online]. Rome, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a->

-i3940e.pdf Acesso em: 18 jan. 2019.

GEERTZ, C. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultural. *In*: Interpretações das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**; Porto Alegre, v.3, n.1, jan/mar 2002.

LEROY, J.-P. *et al.* Tudo ao mesmo tempo. Agora. Desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você? **Brasil Sustentável e Democrático**, Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

LIMA, G. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.6, n. 2, jul/dez 2003.

LIMA, G. Educação Ambiental Crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, jan/abr. 2009.

MALINOWSKI, B. Argonautas do pacífico ocidental. **Ethnologia**, n. 6, v.8, p. 17-37, 1997.

MAZOYERT, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDAETS, J. P. P.; MEDEIROS, J. X. **A ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede**. Cuiabá, 2004.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados, São Paulo**, v. 26, n°74, 2012.

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P.; WIZNIEWKY, J. G. **Agricultura familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável** [Recurso Eletrônico]. 1ed. Santa Maria: UFSM, NTE, 2019.

PETERSEN, V. P. (Org.); **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PLOEG, J. D.V. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. Extra, p. 7-14, fev. 2014.

PLOEG, J. D.V. . **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da localização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008

PLOEG, J. D.V. . O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, S. (Organizador). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.13-54.

SAMBUICHI, R. H. R.; et.al. (org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, IPEA, 2017.

SUGAHARA, C. R.; RODRIGUES, E. L. Desenvolvimento Sustentável: um discurso em disputa. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 17, n. 49, p. 30-43, 2019.

WANDERLEY, M. de N. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, Suppl. 1, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, M. de N. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, pp. 241-273, 2015.

ZHOURI, A. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autentica, 2005.